



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO - AQUISIÇÕES

CONTEXTUALIZAÇÃO/HISTÓRICO

A CODEVASF é uma empresa pública dependente 100% do capital da União e que transforma a realidade das pessoas, com foco na melhoria dos três pilares básicos da sustentabilidade: social, econômico e ambiental. Atuamos com base na capacidade técnica de nossa força de trabalho, alicerçados nas expertises e experiências adquiridas ao longo da nossa história, ou mediante parcerias com instituições públicas ou organizações privadas da sociedade civil sem fins lucrativos, notoriamente nos segmentos de agricultura irrigada, revitalização de bacias hidrográficas, segurança hídrica e economia sustentável, promovendo o desenvolvimento regional em regiões de baixo poder econômico e distribuição de renda.

A empresa tem como missão institucional “Desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais”, norteada pelos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos na Carta Magna, em especial, o de erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, inciso III). Para atingir sua missão, a CODEVASF realiza todo ano um planejamento de nível tático-operacional, que resulta no Plano Anual de Negócios – PAN. O PAN é um importante instrumento de governança da CODEVASF no qual são estabelecidos os principais projetos que serão desenvolvidos em determinado exercício. O PAN apresenta as metas físicas, orçamentárias e financeiras que serão priorizadas pela empresa a partir do alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional – PEI, com foco em três temas estratégicos: “Segurança Hídrica”, “Agricultura Irrigada” e “Economia Sustentável”.

Desses temas estratégicos encontra-se a “Agricultura Irrigada” que inclui ações para gestão, administração e operação de projetos públicos de irrigação, assim como a implantação de infraestrutura de uso comum para irrigação, atuando também na manutenção da infraestrutura de uso comum com a aquisição de máquinas e equipamentos visando aumentar a produção, fortalecer a agricultura familiar, melhorar a infraestrutura logística, otimização do escoamento da produção, diminuindo os custos produtivos e mantendo o trabalhador no campo, possibilitando o apoio, estruturação e dinamização de cadeias produtivas.

A partir da segunda metade da década de 60, a concentração de investimentos federais no vale do rio São Francisco, para criação de infraestrutura de irrigação, provocou investimentos voltados para o fortalecimento da infraestrutura socioeconômica. Contribuiu para isso o desenvolvimento que a região passou a apresentar com os impactos da agricultura irrigada na produção de alimentos, na criação de empregos e no aumento da renda regional.

Dentre as ações desenvolvidas pela CODEVASF encontram-se os Perímetros Públicos de Irrigação (PPIs) de Ceraíma, Barreiras Norte, Nupeba, Riacho Grande, Mirorós, São Desidério/Barreiras Sul, Estreito, Formoso “A” e “H”, Piloto Formoso e Baixio de Irecê.

O **PPI de Ceraíma** é constituído por 112 lotes agrícolas destinados a pequenos produtores, os quais dentro de uma área agricultável de 853,08 hectares irrigavam 408,19 hectares. Contempla também 16 usuários externos, com destaque para o Instituto Federal Baiano. Entre 2017 e 2019, a Codevasf reestruturou e modernizou todo o sistema de distribuição comum de água para irrigação. Com a introdução da irrigação localizada e a substituição dos canais por condutos fechados em PEAD criaram-se condições para que os produtores possam viabilizar a ampliar a área cultivada.

**Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR****Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

O Perímetro de Irrigação Ceraima é considerado um polo regional de fruticultura do Sudoeste Baiano, gerando renda e empregos na região. Estima-se a geração de 393 empregos diretos e 589 empregos indiretos e 134 empregos induzidos. Ao todo foram 393 ha de área cultivada, 6.551 t. de produtos agrícolas e R\$ 11.278.770,00 de VBP, em 2021.

O **PPI Barreiras Norte** foi implantado em 1999, derivando água do Rio Grande a jusante da cidade de Barreiras. A Estação de Bombeamento Principal (EBP) fica na sua margem direita do rio e irriga o mesmo lado, entregando água aos lotes de pequenos produtores e empresários para irrigação pressurizada coletiva. O Projeto Irrigado entrou em operação no mês de junho de 2000, com 110 lotes familiares (964 ha) e 45 lotes empresariais (777 ha) (CODEVASF, 1999). Atualmente possui 107 lotes familiares ocupados e 28 empresariais, totalizando 1.359 ha.

Os **PPIs Nupeba e Riacho Grande** são frutos do Projeto Nordeste I, que é originário do Programa Nacional de Irrigação (PRONI). As obras dos projetos tiveram início no ano de 1993 e foram finalizadas em 1997. A captação é realizada no Rio Grande por meio de duas estações de bombeamento, levando água aos lotes por sistemas pressurizados independentes (CODEVASF, 1999). O PPI Nupeba possui 99 lotes familiares (552 ha) e 50 lotes empresariais (989 ha), já o projeto Riacho Grande possui 74 lotes familiares (525 ha) e 20 lotes empresariais (536 ha). Ambos os projetos somam ao todo 1.076 ha de área irrigável em lotes familiares e 1.524 ha de área irrigável em lotes empresariais. O Perímetro de Irrigação Nupeba, juntamente, com os Perímetros Riacho Grande e Barreiras Norte, são considerados um polo regional de fruticultura do Oeste Baiano, gerando renda e empregos na região. Estima-se a geração de 2.690 empregos diretos, 2.823 empregos indiretos e 915 empregos induzidos. Ao todo foram 2.690 ha cultivados com uma produção de 49.123 t de produtos agrícolas e um VBP de R\$ 73.179.466,05 em 2021.

O **PPI de Mirorós** está localizado no Município de Ibipêba, abrange uma área de 2.060 ha irrigáveis, distribuídos em 243 lotes agrícolas, sendo 202 para pequenos produtores familiares, 18 lotes para pequenas empresas e 23 lotes para empresas de maior porte. Atualmente tem-se um área cultivada da ordem de 1.067 ha. As obras do projeto Mirorós tiveram início em 1992 e foram finalizadas em 1995. A captação da água é realizada na barragem de Mirorós, construída pela Codevasf sobre a calha do Rio Verde (CODEVASF, 1999). Estima-se a geração 1.076 empregos diretos, 1.615 empregos indiretos e 431 empregos induzidos. Ao todo foram 1.076 ha de área cultivada, 16.982 t. de produtos agrícolas e R\$ 24.552.226,75 de VBP, em 2021.

O **PPI de São Desidério/Barreiras Sul** está localizado nos Municípios de São Desidério e Barreiras, teve início em 1976 e o manancial utilizado é o rio São Desidério, onde foi construída uma pequena barragem de concreto, que leva água ao projeto por gravidade, apresenta um canal principal concreto de onde derivam os canais secundários (asséquiás). No início o objetivo era abastecer apenas o projeto São Desidério, no entanto, verificou-se que a vazão era suficiente para atender o projeto Barreiras Sul, fundindo assim os projetos. Os irrigantes vivem em cinco núcleos habitacionais, dispondo de cinco escolas e três postos de saúde (CODEVASF, 1999). Estima-se a geração 1.209 empregos diretos, 1.814 empregos indiretos e 411 empregos induzidos. Ao todo foram 337 ha de área cultivada, 8.774 t. de produtos agrícolas e R\$ 16.780.632,00 de VBP, em 2021.

O **PPI de Estreito** está localizado nos Municípios de Urandi e Sebastião Laranjeiras (BA), a fonte hídrica é constituída pela barragem de Estreito, construída pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e pela Barragem da Cova da Mandioca, construída pela Codevasf, ambas interligadas por um canal também construído pela Codevasf. Possui três núcleos habitacionais, contando com três escolas e um posto de saúde (CODEVASF, 1999).

Estima-se a geração 866 empregos diretos, 1.299 empregos indiretos e 294 empregos induzidos. Ao todo foram 866 ha de área cultivada, 7.953 t. de produtos agrícolas e R\$ 9.981.993,50 de VBP, em 2021.



O **PPI do Formoso A e H**, está localizado no Município de Bom Jesus da Lapa (BA), têm como fonte hídrica o Rio Corrente, de onde saem dois canais de aproximação para abastecimento dos projetos. Em 1988 iniciaram-se as obras do Formoso A e em 1993 do Formoso H e a ocupação e entrada em operação ocorreram em 1990 e 1999, respectivamente. O Formoso A capta a água por uma estação de bombeamento, sendo levada à rede de canais por meio de duas adutoras. Já o Formoso H capta a água por meio de uma estação de bombeamento, levando água por meio de duas adutoras, mas a água é levada até o reservatório de controle do qual parte o canal principal (CODEVASF, 1999). Possui 1.190 lotes ocupados por irrigantes (945 lotes familiares e 245 lotes empresariais), totalizando 11.707 ha irrigáveis ocupados. O projeto conta com quatro núcleos habitacionais, sendo um no Formoso A e três no Formoso H (CODEVASF, 1999). Embora os lotes familiares sejam em maior número esses representam 41% da área irrigável total ocupada pelos irrigantes (4.834 ha), enquanto os irrigantes dos lotes empresariais ocupam os outros 59% restantes (6.873 ha). Estima-se a geração de 9.003 empregos diretos, 13.504 empregos indiretos e 3.061 empregos induzidos. Ao todo foram 9.003 ha de área cultivada, 215.921 t. de produtos agrícolas e R\$ 376.775.736,05 de VBP, em 2021.

O **PPI Piloto Formoso “Formosinho”** está localizado no Município de Coribe (BA), o assentamento teve início em 1969 e o manancial utilizado é o rio Formoso, de onde a água é captada por meio de duas estações de bombeamento levando a água por uma adutora e distribuída por gravidade. Os produtores residem no próprio lote, mas o projeto possui núcleo habitacional com escola de ensino fundamental e posto de saúde (CODEVASF, 1999). O projeto possui 39 lotes familiares (320 ha) e um lote empresarial (80 ha) ocupados, totalizando 400 ha irrigáveis. Estima-se a geração de 337 empregos diretos, 505 empregos indiretos e 115 empregos induzidos. Ao todo foram 337 ha de área cultivada, 8.774 t. de produtos agrícolas e R\$ 16.780.632,00 de VBP, em 2021.

O **PPI Baixio de Irecê** está localizado na região do médio São Francisco, entre os municípios de Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia, o Baixio de Irecê abrange uma área total de 105 mil hectares, dos quais 48 mil são de área irrigável. A área está dividida em nove etapas: as etapas 1 e 2 correspondem a 16 mil hectares irrigáveis e estão em fase de ocupação.

A Transferência de Gestão significa passar os perímetros públicos de irrigação, em condições adequadas, à autogestão pelos usuários. A Área de Produção da Codevasf administra essa responsabilidade. Com isso é papel da Codevasf exercer e promover o funcionamento e o desenvolvimento dos projetos de irrigação. **Essa função compreende todas as atividades relacionadas** à ocupação das terras, operação e manutenção da infra-estrutura da irrigação de uso comum, apoio à produção e comercialização, assim como, **a recuperação da infra-estrutura de irrigação** e dos solos. A sistemática de emancipação dos perímetros irrigados, adotada pela Codevasf, prevê um período de co-gestão, quando as áreas não estão totalmente ocupadas. Nesse período, as organizações de produtores são apoiadas pela Codevasf e recebem recursos do Orçamento da União. Está co-gestão é realizada por meio de contrato de cessão cujo objeto é a cessão de uso da infraestrutura de irrigação de uso comum do Projeto Público de irrigação, compreendem todas as atividades de administrar, planejar, orçar, contratar, coordenar, executar, monitorar, avaliar a operação e a manutenção das estruturas civis, eletromecânicas, hidráulicas, obras de drenagem e estradas de serviços e de acesso à infraestrutura do PPI, bem como a guarda de todos os seus elementos componentes, inclusive das respectivas áreas de servidão, de reserva legal e outras áreas da CODEVASF.

No quadro abaixo seguem listadas as entidades/organizações sem fins lucrativos que possuem contratos de cessão e executam as atividades de guarda, administração, operação e manutenção (O&M) dos perímetros irrigados:



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

| ENTIDADE (DISTRITOS, ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS) | CNPJ |
|--|--------------------|
| Associação dos Produtores do Barreiras Norte (APROBAN) | 17.376.836/0001-98 |
| Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto de Ceraíma (COOPERC) | 14.130.777/0001-85 |
| Associação dos Produtores do Perímetro do Estreito (APPE) | 35.697.869/0001-11 |
| Distrito de Irrigação Formoso (DIF) | 16.236.879/0001-05 |
| Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado de Mirorós (DIPIM) | 02.751.613/0001-96 |
| Distrito de Irrigação dos Perímetros Nupeba e Riacho Grande (DNR) | 03.463.771/0001-03 |
| Associação dos Produtores do Perímetro Irrigado Formosinho (ASSPPIF) | 13.245.592/0001-53 |
| Distrito Irrigação São Desidério/Barreiras Sul (DISB) | 00.799.679/0001-20 |

Conforme cláusula do contrato de cessão, o cessionário deverá apresentar o plano Operativo Anual que contempla o diagnóstico da infraestrutura, o orçamento para a execução das atividades pactuadas, a tarifa K2 correspondente, a ser cobrada dos usuários, **bem como proposta de investimentos na infraestrutura de irrigação de uso comum, inclusive aqueles de responsabilidade da CODEVASF**, se for o caso.

I - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A elaboração deste Estudo, visa subsidiar a abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, em SRP - Sistema de Registro de Preços – Menor preço por item, visando a seleção de empresas especializadas no fornecimento de máquinas de solda termofusão, hidrômetros, chaves de partida eletrônica soft starter, motores elétricos trifásicos, transformadores trifásicos a óleo e aparelhos de ar condicionado, visando atender demandas dos perímetros públicos de irrigação, no estado da Bahia, sob a gestão da 2ª Superintendência Regional da Codevasf.

As infraestruturas de uso comum dos Perímetros de Irrigação, são compostas por:

- Sistemas de captação e pressurização;
- Sistemas de condução e distribuição de água;
- Sistema de drenagem;
- Sistema viário;
- Sistema de Suprimento de energia Elétrica.

Parte dos sistemas de condução e distribuição comum de água de irrigação são compostos por tubulações:

- Tubulação principal: Em PEAD nos Diâmetros de (DN 900, 700, 600 e 500 mm, 400 mm)
- Tubulação secundária, terciária e quaternária: Em PEAD nos diâmetros de (DN 40 a 350 mm)

Todo o sistema de distribuição de uso comum de água para irrigação implantado é constituído por tubulação enterrada, em sua maioria PEAD, de diâmetros diversos. A COOPERC – Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma, entidade que detém, em co-gestão, as atividades de Administração, Operação e Manutenção do Perímetro Público de Irrigação (Contrato de Cessão nº 0.265.00/2021, firmado com a CODEVASF), questionou a necessidade de ferramental adequado a atividades de O&M na referida tubulação. Em função disso, a COOPERC solicitou o apoio e a ajuda da CODEVASF, visando à aquisição de máquina de solda específica a tubulação PEAD, alegando que devido à crise econômica, juntamente com a pandemia do COVID, não têm tido condições para realizar a aquisição de tal equipamento, em virtude de o custo ser alto.



Tomadas de Água para os Usuários

São constituídas por um conjunto de equipamentos e conexões instaladas em derivação ou terminal de em trecho da rede hidráulica para atender aos usuários. Basicamente tem-se uma peça de transição PEAD x Rosca Macho, registro de gaveta, válvula reguladora de pressão e válvula boia, hidrômetro, normalmente instalados em caixa de concreto armado, dotada de tampa de aço reforçado, com cadeado. Os hidrômetros exercem a função de totalizar o volume de água mensal consumido, permitindo com isso os processos de medição e cobrança da tarifa de água aos usuários. A APPE – Associação dos Produtores do Perímetro do Estreito, entidade que detém, em co-gestão, as atividades de Administração, Operação e Manutenção do Perímetro Público de Irrigação (Contrato de Cessão nº 0.173.00/2021), firmado com a CODEVASF), solicitou a aquisição de hidrômetros para serem utilizados no Perímetro, considerando a retomada de funcionamento dos lotes agrícolas que tiveram suas atividades interrompidas, devido a crise hídrica, agravada pela crise econômica em decorrência dos impactos da Pandemia do COVID, a associação alega não ter tido condições para realizar a aquisição de tal equipamento, em virtude de alto custo.

Suprimento de Energia Elétrica– Transformadores

O suprimento de energia elétrica dos Perímetros Públicos de Irrigação é feito através de rede de distribuição aérea, sistema radial, em 13,8 KV ou 34,5 KV, da COELBA, proveniente de uma subestação abaixadora de 69-13,8KV, esta energia é utilizada para o funcionamento dos motores das estações de bombeamento principais e secundárias e para iluminação e serviços auxiliares. Verifica-se nos Perímetros Públicos a existência de vários transformadores com a função de abaixar a tensão elétrica, que são de suma importância, e uma vez que sofrendo alguma avaria interrompem o funcionamento do perímetro. Serão substituídos os transformadores estiverem em situação crítica de funcionamento.

Sistema de partida por Soft Starter

As soft-starters são usadas para dar a partidas e efetuar a proteção dos motores elétricos. Em varias estações de bombeamento, se utilizam métodos obsoletos de partida, como por auto-transformador (Barreiras Norte, Nupeba, Riacho Grande e Estreito). Os autotransformadores costumam queimar e são caros e demorados para consertar. Ao longo do tempo os sistemas de partida das estações de bombeamento da Codevasf serão padronizados para soft-starter.

Motores elétricos trifásicos

Os motores elétricos trifásicos são utilizados no acionamento das bombas centrifugas, responsáveis pela distribuição de água para irrigação nos Perímetros irrigados. Os motores elétricos do Formosinho tem baixo rendimento (88%) e são da década de 60. Conforme parecer da área técnica, deverão ser trocados por motores de alto rendimento (96%). Nos demais perímetros irrigados, existem motores com mais de 30 anos de funcionamento com elevada probabilidade de ocorrência de queima. Estes equipamentos serão adquiridos para atender as eventuais demandas solicitadas dos perímetros irrigados.

Ar condicionado

Devido as temperaturas elevadas no Vale do São Francisco, torna-se imprescindível a existência de ar-condicionados nas salas dos painéis elétricos, com o objetivo de reduzir a temperatura e aumentar a vida útil dos

**Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR****Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

equipamentos elétricos como relés, inversores de frequência e soft-starters. Outra vantagem do ar-condicionado é que as salas ficam completamente fechadas e o ar-condicionado filtra o ar, livrando os equipamentos elétricos de poeira e dificultando a entrada de insetos, aracnídeos e animais. As próprias estações de bombeamento foram projetadas e construídas prevendo ar-condicionado central, que ao longo do tempo foram quebrando e sendo abandonados, sendo substituídos por sistemas Split como no Formoso, Barreiras Norte, Nupeba e Riacho Grande. O sistema de ar-condicionado central da EBP do Baixo de Irecê está quebrado.

Justifica as razões de interesse público, pois é extremamente necessária a contratação de fornecimento dos insumos objeto da presente licitação. A recente crise hídrica, aliada aos efeitos da pandemia do COVID, deixou os Perímetros Irrigados em situação bastante difícil, com os produtores descapitalizados, tendo como consequência o aumento da inadimplência e endividamento das organizações de produtores. Promover a sustentabilidade com fomento de melhorias na infraestrutura viabiliza o aumento da produção e do sistema produtivo regional.

II - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, na modalidade Pregão Eletrônico, visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Os bens objeto desta contratação se classificam como bens comuns para fins de Pregão Eletrônico, não havendo nenhuma complexidade que descaracterize os mesmos quanto a isso. Além disso, justifica-se o uso da modalidade SRP, considerando a imprevisibilidade do quantitativo a ser adquirido, do momento da celebração do contrato ou da emissão das ordens de fornecimento ou da viabilização de recursos orçamentários; tendo em vista as diversas potencialidades, demandas e articulações para as referidas aquisições, conforme art. 3º do Decreto nº 7.892, de 23.01.2013, que determina que o SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

- I. quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; II. quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III. quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV. quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Quando da contratação da empresa para o fornecimento dos materiais e equipamentos, a mesma deverá garantir a assistência técnica no estado de entrega dos equipamentos, bem como, fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.



III - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Atendendo ao disposto no Art. 15 do Regulamento Interno de licitações e Contratos da CODEVASF (DELIBERAÇÃO Nº 28, 27 de julho de 2020), o levantamento dos valores unitários dos itens foi obtido através da média da combinação dos preços do SINAPI, ORSE, Painei de Preços do Governo Federal e cotações do mercado (potenciais fornecedores), conforme Quadro de Cotações (anexo I). A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado no processo licitatório em questão também seguiu as recomendações previstas no Art. 5 da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020, da seguinte forma:

- Não houve resultados satisfatórios na consulta realizada no Painei de Preços do Governo Federal, SINAPI E ORSE;
- Também se utilizou dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados;
- Por fim, foi realizada uma pesquisa direta com potenciais fornecedores, mediante solicitação formal de cotação.

Utilizou-se como método para obtenção do preço estimado, a média dos preços coletados.

IV - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Os materiais a serem adquiridos fazem parte do grupo de equipamentos já existentes nos Perímetros Públicos Irrigados, e estão sendo adquiridos para substituição por motivo de defeito/falha e obsolescência. Deverão ser fornecidos por empresas do ramo ou seus representantes autorizados.

V - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As estimativas das quantidades a serem adquiridas foram baseadas nas informações apresentadas pelos distritos, organizações, associações, cooperativas nos planos operativos bem como de levantamento analítico da 2ª/GRI/UGE tendo como fundamento a vivência diária do corpo técnico nos perímetros no que tange à estimativa de vida útil dos equipamentos, além de experiências com pregões de anos anteriores.

VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preços foi realizada em conformidade com a Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Assim, a pesquisa de preços deve ser realizada mediante os seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

- I - Painei de Preços, disponível no endereço eletrônico: gov.br/paineldepregos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 01 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
- II – Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 01 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

III – Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - Pesquisa direta com os fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

Assim, para fins de estimativa do preço de referência, buscou-se realizar a pesquisa de preços, obtendo-se os seguintes resultados:

O valor referencial para a contratação é de R\$ 4.881.120,14 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e um mil, cento e vinte reais e quatorze centavos), constituindo o valor máximo para contratação.

VII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A opção pelo registro de preços guarda relação com o artigo 3º, inciso II, do Decreto nº 7.892/2013.

Por se tratar da constituição de Ata de Registro de Preços – ARP, já está prevista a contratação parcelada do quantitativo total licitado. Dessa forma, é viável e procedente para a Administração Pública o parcelamento do objeto.

VIII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não aplicável. Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade desta demanda.

IX - DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento é viável pela especificidade de atuação da CODEVASF, empresa pública federal, criada pela Lei nº 6.088/74, entidade integrante da Administração Pública Indireta (Decreto-lei nº200/67, art. 4º, I "b"), inscrita no CNPJ sob o nº 00.399.857/0001-26;.

X - RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos efetivamente decorrem em duas etapas executivas: a primeira se dá pelo bem sucedido processo licitatório para contratação do fornecimento e no segundo momento a entrega e instalação dos insumos adquiridos. Concomitantemente a novas implantações e/ou melhoramentos e/ou ampliações aos sistemas hidráulicos, equipe multiprofissional acompanha ações educacionais sobre uso sustentável e responsável dos recursos hídricos beneficiados, também possibilitar as organizações de produtores responsável pela manutenção dos perímetros promover as manutenções preventivas e corretivas nas diversas infraestruturas e aumentando a confiabilidade dos equipamentos para que não ocorra interrupção no fornecimento de água evitando prejuízos de perda da lavoura.

XI - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Dentre as providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, consta a indicação em TR e seus anexos dos locais onde serão entregues os insumos adquiridos e nomeação dos fiscais que acompanharão todos os trâmites necessários ao cumprimento das Ordens de fornecimento – OF. No processo administrativo pertinente à contratação de fornecimento constam também os documentos cabíveis e necessários



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

emitidos para o fiel cumprimento do objeto proposto, instrumento que irá nortear as ações competentes da fiscalização nomeada para tal.

XII - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

Dada à natureza do objeto que se pretende adquirir, não haverá impactos ambientais.

Os bens a serem adquiridos devem atender a legislação brasileira para sustentabilidade e meio ambiente.

A empresa que se candidatar ao processo licitatório deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

No mais, em que for cabível.

XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade desta contratação se constata uma vez que os insumos a serem adquiridos estão disponíveis no mercado nacional, admitindo amplas possibilidades de concorrência entre fornecedores.

Diante do exposto, a realização da licitação e posteriores contratações apresenta-se viável, tendo em vista as razões de interesse público em prol das melhorias na capacidade produtiva dos produtores rurais e suas famílias ali inseridos. Assim, declara-se ser viável a contratação pretendida.

XIV - CLASSIFICAÇÃO NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011.

Não aplicável.

XV - DA MATRIZ DE RISCOS

A Matriz de Risco aplica-se ao projeto em questão e encontra-se anexa neste processo eletrônico.

XVI - EXCEÇÕES À ELABORAÇÃO DOS ETP

Verificado atendimento ao artigo 8º da elaboração dos ETP, nas hipóteses dos incisos I, II, III, IV, VI e XV do art. 29 da Lei nº 13.303/2016. Não aplicável.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:

Sebastião dos Santos Veloso
Analista em Desenvolvimento Regional

Anderson Machado Santos
Analista em desenvolvimento Regional

DE ACORDO: